

PROCESSO - A. I. Nº 269275.0006/08-1
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - W.R. MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. (CASA PRONTA)
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 3ª JJF nº 0260-03/09
ORIGEM - INFAZ PAULO AFONSO
INTERNET - 22/10/2009

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0306-12/09

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. CUPONS FISCAIS. DIFERENÇA NO CONFRONTO ENTRE OS VALORES INFORMADOS PELA OPERADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO E OS VALORES LANÇADOS NOS DOCUMENTOS FISCAIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A declaração de vendas, pelo contribuinte, em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito autoriza a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção (§ 4º do art. 4º da Lei 7.014/96, com redação dada pela Lei 8.542/02). Refeitos os cálculos mediante revisão efetuada pelo autuante, o débito originalmente apurado ficou reduzido. Mantida a Decisão recorrida. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata o presente de Recurso de Ofício interposto pela 3ª Junta de Julgamento Fiscal nos termos do art.169, inciso I, alínea “a”, item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/99, em relação a Decisão prolatada através do Acórdão nº 0260-03/09 que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração em referência, o qual originalmente reclamava o crédito tributário no valor histórico de R\$37.498,53 acrescido de multa de 70%, sob a acusação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira e administradora de cartão, no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2007.

O relatório elaborado pelo relator da instância *a quo* inicialmente destaca o que segue: “Consta à fl. 10, declaração do autuado informando que o Programa Operacional PDV das máquinas registradoras, adquirido junto à Sreep Informática de Paulo Afonso – BA, não oferecia dados operacionais discriminando as operações de vendas com os devidos cartões de crédito/débito das operações Máster/Visa dentre outras, apesar de as leituras X e Z do sistema das máquinas registradoras trazerem um resumo final destas vendas, o sistema não disponibilizava tais procedimentos operacionais discriminados. Diz que os valores de vendas nos exercícios de 2006/2007 estão registrados como dinheiro, e que a partir de janeiro de 2008, já está operando com o Sistema SINTEGRA, que disponibiliza dados operacionais para as devidas informações. Salienta que as vendas realizadas com a modalidade cartão de débito/crédito, em momento algum foram praticadas com sonegação de vendas, tendo em vista que foram praticadas como vendas em dinheiro”.

Em relação aos argumentos trazidos pelo recorrido, foi observado o que segue: “O autuado apresentou impugnação (fls. 15/16), alegando que contesta parcialmente o presente Auto de Infração porque nos valores apurados pelo autuante em relação aos cartões de débito/crédito encontram-se embutidas as vendas PDV no período fiscalizado, mas no resumo final não foi especificado o tipo de vendas se a cartão ou a dinheiro. Quando emitia o cupom fiscal para o

cliente não tinha como separar o tipo de venda e o sistema não disponibilizava esse Recurso, ficando embutido como venda à vista em dinheiro. Em seguida, foi elaborado demonstrativo indicando os valores apurados pela fiscalização, os valores informados pelo autuado e as diferenças, totalizando R\$63.147,43. Finaliza informando que foi apurada pela empresa a diferença citada anteriormente, valor que reconhece”.

Por sua vez observa o julgador a quo que “o autuante, em sua informação fiscal à fl. 67 dos autos, diz que em diligência efetuada, ao analisar os cupons fiscais do período fiscalizado, foram comprovadas as saídas realizadas, conforme planilhas acostadas aos autos pelo defendente. Informa que as vendas foram corretamente lançadas e ele, autuante, aceita os valores alegados pelo autuado, por isso, elaborou nova planilha deduzindo os valores das vendas realizadas com cartão de crédito e lançadas como à vista. Confirma que os cálculos foram refeitos e elaborada nova planilha comparativa de vendas por meio de cartão de crédito/débito (fl. 68), que substitui o demonstrativo de fl. 11 do PAF, tendo sido apurado o débito no valor de R\$11.175,38”.

Consta, ainda, que de acordo com os documentos de fls. 72/73 dos autos, o autuado apresentou requerimento de Parcelamento de Débito no valor principal de R\$10.043,09, o qual foi deferido em 25 parcelas enquanto que o PAF foi encaminhado em diligência à INFAZ de origem para que fosse fornecido ao defendente o Relatório Diário de Operações TEF, com reabertura do prazo de defesa.

A partir daí ocorreram novas intervenções processuais tendo o relator da Decisão recorrida destacado os seguintes tópicos:

- *O autuante prestou nova informação fiscal à fl. 79, esclarecendo que foi fornecido ao contribuinte, pela fiscalização, o Relatório Diário de Operações TEF no qual o defendente baseou a sua impugnação, e foi realizado o confronto diário com os cupons fiscais apresentados pelo autuado, conforme já informado à fl. 67, chegando à conclusão de que parte da exigência fiscal era indevida, sendo elaborado novo demonstrativo, apurando o débito total de R\$11.175,38, que foi reconhecido e parcelado pelo autuado.*
- *O presente processo foi convertido em nova diligência ao autuante para elaborar novo demonstrativo incluindo as operações efetuadas pelo contribuinte com cartão de débito e de crédito, conforme Relatórios de Operações TEF acostados aos autos.*
- *Em atendimento ao solicitado, o autuante prestou informação fiscal à fl. 83, dizendo que os demonstrativos elaborados pela fiscalização (tanto o da fl. 11, quanto o retificador da fl. 68 se referem ao total cobrado pelo contribuinte, incluindo os cartões de débito e de crédito). Informa que após a confrontação com a documentação apresentada pelo defendente, verificou que a diferença a ser cobrada é a que consta no demonstrativo de fl. 68 dos autos. Assegura que não foi encontrada nenhuma diferença nos cartões de débito, apenas nos cartões de crédito.*

A 3ª Junta de Julgamento Fiscal decidiu a lide com fundamento no seguinte voto:

“O presente Auto de Infração refere-se à exigência de ICMS, por omissão de saída de mercadoria tributável apurada por meio de levantamento de venda com pagamento em cartão de crédito ou de débito em valor inferior ao fornecido por instituição financeira e administradora de cartão de crédito, nos meses de janeiro de 2006 a dezembro de 2007.

Observe que foi apurada diferença entre o valor das vendas efetuadas com pagamentos por meio de cartão de crédito e o valor informado pelas administradoras, e tal fato constitui presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, consoante o disposto no § 4º, do art. 4º, da Lei 7.014/96:

“Art. 4º

§ 4º O fato de a escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção”.

Em sua impugnação, o autuado alega que no cupom fiscal emitido para o cliente não tinha como separar o tipo de venda e o sistema não disponibilizava esse Recurso, no período fiscalizado, ficando embutido como venda à vista em dinheiro.

O autuante informou à fl. 67 dos autos que “em diligência realizada junto ao contribuinte, ao analisar os seus cupons fiscais no período fiscalizado, foram comprovadas as saídas realizadas conforme planilhas organizadas pelo mesmo e explicitadas em sua defesa”. Assim, conclui-se que o autuante constatou que as vendas foram corretamente lançadas pelo contribuinte e por isso, elaborou nova planilha (fl. 68), deduzindo os valores das vendas realizadas com cartão de crédito e lançadas como à vista, esclarecendo à fl. 83 que “não foi encontrada nenhuma diferença nos cartões de débito, apenas nos cartões de crédito que constam na planilha”.

Constatou que foi efetuado o confronto dos valores relativos às vendas com cartão, informados pelas administradoras, com os totais das notas fiscais emitidas no período fiscalizado, tendo sido informado pelo autuado, em sua impugnação, que não tinha como separar o tipo de venda e o sistema não disponibilizava esse Recurso, ficando embutido como venda à vista em dinheiro. Assim, acatando as conclusões apresentadas pelo autuante, concluiu pela procedência parcial da autuação fiscal, no valor total de R\$11.175,38, apurado à fl. 68 do PAF.

Vale salientar, que após tomar conhecimento da nova planilha elaborada pelo autuante, o defendente requereu parcelamento do débito, conforme fls. 75, cujos recolhimentos deverão ser homologados.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração”.

Em vista da Decisão acima, foi interposto Recurso de Ofício a uma das Câmaras de Julgamento Fiscal deste órgão julgador.

VOTO

Efetivamente não vislumbro qualquer reparo a ser feito na Decisão recorrida. Da análise das peças que integram os autos, especialmente os demonstrativos de fls. 17 a 64, da lavra do recorrido, vejo que este arguiu que o equipamento utilizado à época dos fatos não possibilitava a separação entre as vendas através de cartões de crédito e/ou débito. Em vista disto foi efetuado um cotejamento diário, por operação, resultando, ao final, em uma diferença na ordem de R\$63.137,43, demonstrativos estes que foram conferidos pelo autuante que textualmente declara que as vendas foram corretamente lançadas e que estão corretas as planilhas apresentadas pelo recorrido, acolhendo *in totum* os argumentos deste.

Desta maneira e tendo em vista que foram realizadas duas diligências fiscais, pelo próprio autuante, com o objetivo de sanar as divergências iniciais presentes no lançamento, inclusive com reabertura do prazo de defesa, considero correta a parte do débito exonerado no julgamento recorrido e, neste sentido, voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, devendo ser mantida inalterada a Decisão recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº 269275.0006/08-1, lavrado contra **W.R. MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA. (CASA PRONTA)**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.175,38**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de outubro de 2009.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS